

Aumento do repasse via FPM não compensa queda no ICMS

# Aumento do repasse via FPM não compensa queda no ICMS

Alta de 4% nos recursos oriundos da União, no entanto, está longe dos 16,4% que o Grande ABC perdeu em verba do governo estadual

ARTUR RODRIGUES  
artur.motrigues@dgabc.com.br

Mesmo com aumento de 4% do repasse feito pelo governo federal por meio do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), a região ainda arca com o prejuízo causado pela queda dos recursos vindos da arrecadação de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços). Neste ano, o repasse foi de R\$ 1,6 bilhão, ante R\$ 1,9 bilhão dos primeiros nove meses de 2022, ou seja, R\$ 300 milhões a menos.

Ao todo, a União enviou R\$ 404,6 milhões às sete cidades até agosto, ante R\$ 388,9 milhões no mesmo período do ano passado. A alta, no entanto, não supre os 16,4% a menos recebidos de ICMS da Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo), como explica o presidente do Consórcio Intermunicipal do

**Repasse à região através do Fundo de Participação dos Municípios (Entre janeiro e agosto)**

	2022	2023	Varição
	(em R\$)		
Santo André	63.463.091,14	65.973.223,90	3,90%
São Bernardo	63.463.091,14	65.973.223,90	3,90%
São Caetano	63.463.091,14	65.973.223,90	3,90%
Diadema	63.463.091,14	65.973.223,90	3,90%
Mauá	43.505.270,03	45.375.166,96	4,20%
Ribeirão Pires	28.150.468,96	29.360.402,16	4,20%
<b>TOTAL</b>	<b>388.971.194,69</b>	<b>404.601.688,62</b>	<b>4%</b>

Fonte: Transparência do Governo Federal

Grande ABC e prefeito de Mauá, Marcelo Oliveira (PT).

"Com relação ao FPM, o governo federal já garantiu que não haverá queda para nenhuma cidade, então podemos ficar mais tranquilos. Mas a situação do ICMS é muito preocupante, porque interfere diretamente nos investimentos dos municípios. Sabemos que houve uma queda geral, quase em todo o País, e que não é de

única responsabilidade do governo do Estado, mas algo precisa ser feito".

Através do FPM, todos os municípios da região receberam mais em relação ao ano passado. Em valores, o maior aumento se deu em Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema e Mauá, que tiveram repasse de R\$ 65.973.223,90. Nos oito primeiros meses do ano passado,

todas essas cidades receberam R\$ 63.463.091,14, o que representa um aumento de 3,9%.

Proporcionalmente, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra foram os municípios mais beneficiados, com um aumento de 4,2% nos repasses para cada uma. O primeiro recebeu R\$ 45.375.166,96 até agosto, ante R\$ 43.505.270,03 nos primeiros oito meses do ano passado, enquanto o segundo ob-

teve repasse de R\$ 29.360.402,16 (recebeu R\$ 28.150.468,96 em 2022).

O Fundo de Participação dos Municípios é uma verba que a União paga a cada dez dias (três vezes por mês) para as cidades do País, compartilhando parte do que foi arrecadado pelo Imposto de Renda e pelo IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Já em relação ao ICMS, até

**Repasse totais de ICMS (Entre janeiro e setembro)**

	2022	2023
	(em R\$)	
Santo André	368.864.533,70	303.772.980,95
São Bernardo	737.931.200,95	596.446.833,25
São Caetano	255.893.785,88	229.861.788,72
Diadema	254.931.512,08	208.810.796,84
Mauá	303.759.833,73	258.370.801,68
Ribeirão Pires	55.763.435,40	45.823.209,64
Rio Grande	9.840.818,77	7.897.850,14
<b>TOTAL</b>	<b>1.976.544.919,51</b>	<b>1.651.084.249,22</b>

Fonte: Secretaria de Fisco de Estado | Agência Câmara de FPM

este mês, a Sefaz-SP enviou R\$ 1,6 bilhão, enquanto o repasse de janeiro a setembro do ano passado foi de R\$ 1,9 bilhão. De acordo com o portal da transparência da Pasta, todos os municípios da região receberam menos.

**COMPENSAÇÃO**

A Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira o projeto de lei complementar que viabiliza a compensação de R\$ 27 bilhões da União para Estados e Distrito Federal até 2026, em razão da redução do ICMS incidente sobre combustíveis, vigente de junho a dezembro de 2022.

Dessa quantia, R\$ 10 bilhões serão repassados ainda este ano, sendo R\$ 2,5 bilhões destinados aos municípios e R\$ 7,5 bilhões aos Estados, visto que o ICMS é um tributo estadual.

O projeto foi encaminhado para votação no Senado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3